**[novas contratações]**

**CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS**

**CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO INCERTO A TEMPO PARCIAL**

Aos … **[1]** dias do mês de … **[2]** de … , em … **[3]**, entre:

**PRIMEIRO:** … **[4]**, pessoa coletiva n.º … **[5]**, com sede em … **[6]**, capital social de … **[7]**, contribuinte da Segurança Social n.º … **[8]**, agindo em nome e representação do Estado e, representada por … **[9]**, na qualidade de … **[10]**, com poderes bastantes para este ato, doravante designada por **Primeiro Outorgante** ou **Empregador Público;**

E

**SEGUNDO:** … **[11]**, portador do B.I./Cartão de Cidadão/Visto de Trabalho/Autorização de Residência ou Permanência n.º … **[12]**, emitido por **[13]**, contribuinte fiscal n.º … **[14]**, beneficiário da Segurança Social n.º … **[15]**, residente em … **[16]**, doravante designado por **Segundo Outorgante** ou **Trabalhador**;

**Considerando que:**

a) A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprovou o regime do contrato de trabalho em funções públicas (doravante designada por **LTFP**), com o âmbito de aplicação fixado no seu artigo 1.º;

b) O **Empregador Público** outorga o presente contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto para ocupação de posto de trabalho descrito no mapa de pessoal para o ano de … **[17]** aprovado nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da LTFP.

c) O **Trabalhador** foi selecionado na sequência de procedimento concursal levado a efeito nos termos legais, reunindo as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar;

d) As funções a desempenhar não correspondem a necessidades permanentes do serviço, ocorrendo a contratação a termo incerto no quadro dos limites fixados pelo artigo 57.º da LTFP;

e) Encontram-se material e formalmente preenchidos os pressupostos legais para o recurso à contratação de trabalhadores em regime de tempo parcial, nos termos do disposto nos artigos 150.º e seguintes do Código do Trabalho

f) O **Empregador Público** e o **Trabalhador** estão no pleno exercício dos seus direitos, agindo livremente e de boa-fé, aceitando reciprocamente colaborar na obtenção de acrescidos níveis de qualidade de serviço e produtividade, bem como na promoção humana, profissional e social do trabalhador;

**É, livremente e de boa-fé, celebrado o presente contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, nos termos da LTFP, dos considerandos nele insertos e que dele fazem parte integrante e das condições constantes das cláusulas seguintes:**

**Primeira**

**(*Natureza e duração*)**

1. O presente contrato de trabalho em funções públicas é outorgado a termo resolutivo incerto.

2. O contrato tem data de início em … **[18]**, durando enquanto subsistir a respectiva causa justificativa.

3. O presente contrato fica sujeito a período experimental de … dias **[19]**.

**Segunda**

**(*Justificação*)**

1. É aposto termo resolutivo incerto ao contrato com fundamento no disposto nas alíneas … **[20]** dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 57.º da LTFP, ou seja em razão de ... **[21]**.

2. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 58.º da LTFP, estabelece-se que o motivo justificativo da outorga do presente contrato a termo incerto é o seguinte: … **[22]**.

3. O **Primeiro Outorgante** considera que a referida justificação preenche o requisito legal de admissibilidade da celebração do presente contrato de trabalho a termo incerto, nos termos da disposição legal supraidentificada, circunstância que foi determinante para a formação da vontade contratual, pois que sem ela não teria contratado. Por seu lado, o **Segundo Outorgante**, reconhece e aceita como essencial tal circunstância, para todos os efeitos legais.

**Terceira**

**(*Atividade contratada*)**

1. O **Primeiro Outorgante** contrata o **Segundo Outorgante** a termo resolutivo incerto para, sob a sua autoridade e direção, e sem prejuízo da autonomia técnica inerente à atividade contratada, desempenhar as funções correspondentes à categoria de …, da carreira de … **[23]**, cujo conteúdo funcional se encontra descrito … **[24]**.

2. O **Trabalhador** fica também obrigado a exercer as funções e a executar as tarefas descritas … **[25]**, que caracterizam o posto de trabalho que vai ocupar.

3. A atividade contratada não prejudica o exercício, de forma esporádica, das funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o **Trabalhador** detenha qualificação profissional adequada e não impliquem desvalorização profissional, nos termos estabelecidos no artigo 81.º da LTFP.

**Quarta**

**(*Local de trabalho*)**

O **Trabalhador** desenvolverá a sua atividade profissional nas instalações do **Primeiro Outorgante** sitas em … **[26]**, encontrando-se em qualquer circunstância adstrito às deslocações inerentes ao exercício das funções para que é contratado ou indispensáveis à sua formação profissional.

**Quinta**

**(*Período normal de trabalho*)**

1. Porque com sujeição a um período normal de trabalho semanal inferior às 40 horas praticadas a tempo completo **[28]**, o presente contrato é outorgado, nos termos do disposto nos artigos 150.º e seguintes do Código do Trabalho, a tempo parcial.

2. O **Segundo Outorgante** desenvolverá a sua atividade profissional com sujeição a um período normal de trabalho diário e semanal de, respectivamente, … **[28]** horas sendo o horário de trabalho definido pelo **Primeiro Outorgante**, dentro dos condicionalismos legais.

**Sexta**

**(*Remuneração*)**

1. A remuneração base do **Segundo Outorgante** é fixada nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 144.º LTFP, sendo de … € **[29]**, correspondente, em proporção do período normal de trabalho fixado na cláusula anterior, à … **[30]** posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório … **[31]** da tabela remuneratória única.

2. À remuneração base acresce(m) o(s) suplemento(s) remuneratório(s) … **[32]**, previsto(s) … **[33]** e devido(s) nos termos do artigo 159.º da LTFP também estes calculados de forma proporcional ao tempo de trabalho.

3. Sobre a remuneração incidem os descontos legalmente previstos.

**Sétima**

**(*Subsídio de refeição*)**

O Trabalhador tem direito ao subsídio de refeição fixado para os trabalhadores que exercem funções públicas. **[34]**

**Oitava**

**(*Formação profissional*)**

O **Segundo Outorgante** obriga-se a frequentar e a procurar tirar o melhor aproveitamento dos cursos ou estágios de formação profissional que o Primeiro Outorgante considere necessários para o bom desempenho profissional daquele.

**Nona**

**(Caducidade)**

1. O contrato a termo incerto durará por todo o tempo necessário para a substituição do trabalhador ausente ou para a conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justifica a sua celebração.

2. O contrato caduca quando, prevendo-se a ocorrência do termo incerto a ele aposto, o **Primeiro Outorgante** comunique ao **Trabalhador** a cessação do mesmo, com antecedência mínima de sete, trinta ou sessenta dias, conforme o contrato tenha durado até seis meses, até dois anos ou por período de tempo superior;

3. A ausência da comunicação a que alude o número anterior por parte do **Primeiro Outorgante** não obsta à caducidade do contrato, embora constitua aquele na obrigação de indemnizar o **Segundo Outorgante** em valor igual ao da remuneração correspondente ao período de pré-aviso em falta.

4. A caducidade do contrato a termo incerto conferirá ao **Trabalhador** o direito a receber uma compensação calculada nos termos do n.º 4 do artigo 294.º da LTFP

**Décima**

**(*Denúncia e resolução do contrato por iniciativa do Trabalhador*)**

1. A denúncia do presente contrato por iniciativa do **Segundo Outorgante**, sem aviso prévio de 30 dias, quando a duração efetiva do contrato for igual ou superior a seis meses, ou de 15 dias, quando for inferior, constitui-lo-á na obrigação de indemnizar o **Primeiro Outorgante** em valor igual à remuneração base correspondente ao período de antecedência em falta, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos eventualmente causados ou emergentes da violação de obrigações assumidas em eventual pacto de permanência.

2. A resolução do contrato pelo **Trabalhador** com invocação de justa causa, quando esta não tenha sido provada, constitui aquele na obrigação de indemnizar o **Primeiro Outorgante** pelos prejuízos causados, em montante não inferior ao calculado nos termos da alínea anterior.

**Décima Primeira**

**(*Dever de sigilo*) [35]**

O **Segundo Outorgante** obriga-se a guardar sigilo profissional sobre as informações de carácter confidencial a que tiver acesso por causa ou por mera ocasião da prestação do seu trabalho.

**Décima Segunda**

**(*Informação*)**

Em complemento do estipulado nas cláusulas anteriores, e para cumprimento do dever de informação estabelecido nos artigos 106.º a 109.º do Código do Trabalho, desde já se consigna o seguinte:

a) A duração das férias é determinada segundo as regras dos artigos 122.º, 126.º e seguintes da LTFP e as disposições aplicáveis do Código do Trabalho, tendo em atenção a antiguidade do trabalhador;

b) Os feriados a observar serão exclusivamente os previstos no Código do Trabalho sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 122.º da LTFP;

c) Os prazos de aviso prévio a observar pelo **Empregador Público** para a cessação do contrato são os previstos nas disposições do Código do Trabalho aplicáveis por força do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

c) Encontra-se cumprida a informação em sede de segurança e saúde no trabalho;

d) Não existe / Existe **[36]** instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável aos outorgantes, publicado na 2.ª série do D.R., n.º …, de … de … de, sob a forma de … **[37]**.

**Décima Terceira**

**(*Casos omissos*)**

Tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato é regido pelo disposto na LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Código do Trabalho.

**FEITO E ASSINADO, em duplicado, na data e local mencionados no proémio, ficando cada parte com um exemplar.**

**O Primeiro Outorgante**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**O Segundo Outorgante**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOTAS**

**[1]** *Dia do mês em que o contrato é outorgado*

**[2]** *Mês em que o contrato é outorgado*

**[3]** *Local da outorga do contrato*

**[4]** *Identificação completa da entidade pública contratante*

**[5]** *N.º de pessoa coletiva (se aplicável)*

**[6]** *Identificação da sede da entidade pública contratante*

**[7]** *Montante do capital social (se aplicável)*

**[8]** *Nº de contribuinte da segurança social (se aplicável)*

**[9]** *Identificação da pessoa que outorgará o contrato*

**[10]** *Identificação da qualidade em que o faz*

**[11]** *Identificação completa do trabalhador*

**[12]** *N.º do BI, ou n.º do cartão de cidadão, visto de trabalho, autorização de residência ou permanência, tratando-se de trabalhador estrangeiro ou apátrida,*

**[13]** *Local de emissão do BI ou cartão de cidadão do trabalhador*

**[14]** *NIF do trabalhador*

**[15]** *N.º de beneficiário da Segurança Social*

**[16]** *Residência do trabalhador*

**[17]** *Ano para que foi aprovado o mapa de pessoal*

**[18]** *Data de início do contrato*

**[19]** *30 dias, se a duração previsível do contrato for igual ou superior a 6 meses, ou 15 dias, se a duração previsível for inferior a 6 meses, nos termos do artigo 49.º n.º 2 da LTFP.*

**[20]** *Indicar qual ou quais as alíneas da lei que correspondem à real fundamentação do contrato a termo*

**[21]** *Explicitar detalhadamente qual o fundamento previsto naquelas alíneas da lei*

**[22]** *Explicitar com total detalhe e rigor quais os factos concretos que permitem preencher o(s) fundamento(s) legais. No caso da alínea e) do n.º 1 do artigo 57.º da LTFP não é admissível o contrato de trabalho a termo resolutivo incerto*

**[23]** *Categoria ou, tratando-se de carreira uni categorial, carreira*

**[24]** *Identificação da lei aplicável à correspondente carreira (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para as carreiras gerais, e lei especial, tratando-se de carreira especial)*

**[25]** *Regulamento interno ou mapa de pessoal do empregador público, que contenha o elenco das funções ou das tarefas que caracterizam o posto de trabalho a ocupar*

**[26]** *Identificação do local de trabalho*

**[27]** *Se for esse regime geral o aplicável.*

**[28]** *Identificar concretamente o período normal de trabalho semanal e diário de trabalho a que o trabalhador fica sujeito.*

**[29]** *Valor mensal da remuneração base*

**[30]** *Identificação da posição remuneratória*

**[31]** *Identificação do nível remuneratório*

**[32]** *Identificação dos suplementos remuneratórios, quando previstos para o posto de trabalho a ocupar*

**[33]** *Identificação da lei ou do IRCT que cria e regula os suplementos remuneratórios*

**[34]** *O subsídio de refeição será calculado proporcionalmente quando a prestação de trabalho diário seja inferior a metade da duração diária do trabalho a tempo completo.*

**[35]** *Cláusula a incluir apenas quando o dever de sigilo se encontre expressamente regulado em lei especial*

**[36]** *Indicar o aplicável ao caso concreto*

**[37]** *Indicar o tipo de instrumento de regulamentação coletiva em causa, entre os mencionados no art.º 13.º do LTFP.*